

Trabalho aprofundado

A Procuradoria-Geral da República não se limitará às recomendações da CPI do Orçamento. "O Ministério Público, depois que recebe elementos de informação, age da forma como achar que deve, não fica restrito ao que o Congresso recomendou", explicou Aristides Junqueira.

"Estou certo de que o doutor Aristides dará o máximo do empenho para que nosso trabalho seja levado até a consequência fi-

nal no campo judicial", emendou o senador Jarbas Passarinho.

Certo de que terá muito mais trabalho do que no Caso PC, Junqueira prefere não marcar data para as primeiras denúncias. "Não podemos agir com a rapidez que a população brasileira espera, porque uma ação proposta de forma desfeituosa pode levar a consequência nenhuma. E isso nós não queremos", explicou.